

**SUBEMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO DE
DESENVOLVIMENTO URBANO AO SUBSTITUTO DA COMISSÃO
DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AO
PROJETO DE LEI Nº 161, DE 2024**

Altera a Lei nº 10.257, de 2001
(Estatuto da Cidade), para incluir a
promoção da resiliência urbana no rol de
diretrizes da política urbana.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001,
que “Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece
diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências” (Estatuto da
Cidade), para incluir a promoção da resiliência urbana no rol de diretrizes da
política urbana e prever a elaboração de planos municipais de resiliência.

Art. 2º A Lei nº 10.257, de 2001, passa a vigorar com as
seguintes alterações:

“Art. 2º

.....

XXI – promoção da resiliência urbana, por meio da
adoção de medidas de adaptação às mudanças
climáticas, prevenção de riscos e recuperação de áreas
afetadas por desastres naturais, em articulação com as
políticas de habitação, mobilidade, saneamento e meio
ambiente.” (NR)

“Art. 4º

.....

VII – planos municipais de resiliência, elaborados em
consonância com estratégias nacionais e internacionais
de fortalecimento da resiliência urbana, com apoio técnico
e financeiro da União.

.....



§ 4º Para os fins desta Lei, entende-se por plano de resiliência o instrumento de planejamento municipal voltado a identificar vulnerabilidades, prevenir riscos, estabelecer medidas de adaptação e recuperação, e orientar ações integradas que permitam ao Município antecipar, resistir, adaptar-se e recuperar-se, de forma sustentável e em prazo razoável, frente a choques e tensões que afetem o espaço urbano, o meio ambiente e a coletividade. ” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2025.

Deputado **YURY DO PAREDÃO**
Presidente

